

Ideologia, socialização política e dominação*

Mario Brockmann Machado

Introdução

É do interesse geral de quantos detenham as posições de mando de sistemas políticos que o processo de aprendizado político dos atores do sistema não produza efeitos que possam ameaçar seriamente o modo de dominação política existente. Inversamente, pode ser do interesse de atores dissidentes que ocorra exatamente o contrário. Este dilema, em minha opinião, deveria constituir o cerne dos estudos de socialização política, porque ele relaciona aquele processo de aprendizado com o objetivo das reflexões dos cientistas políticos: o estudo do poder.¹

* Este artigo é baseado no capítulo II de minha tese de doutorado, apresentada em 1975 ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago ("Political Socialization in Authoritarian Systems: The Case of Brazil"). Várias pessoas contribuíram com críticas para a sua elaboração, sobretudo Adam Przeworski, Phillipe Schmitter, Kenneth Prewitt e Bolívar Lamounier. Agradeço também a Cesar Guimarães, Sergio Abranches, Fabio Wanderley Reis e, sobretudo, Wanderley Guilherme dos Santos pelas críticas formuladas à presente versão.

¹ Esta proposição pode parecer "acaciana", mas apenas para os que não estejam familiarizados com a vastíssima bibliografia anglo-americana sobre socialização política, que é eminentemente behaviorista, e

Esta abordagem da socialização política se baseia em alguns pressupostos a respeito da vida política, e do papel que nele desempenha a ideologia. Tais pressupostos, bem como as definições dos principais conceitos neles utilizados, serão apresentados a seguir. Ressalto, desde logo, que a ordem de apresentação desses pressupostos é de natureza apenas lógica, sem qualquer implicação temporal, pois o propósito deste artigo é elaborar um marco teórico-formal dentro do qual se entenderá o processo de socialização política. Conseqüentemente, sua aplicação a qualquer sistema político histórico, objetivando explicações causais, exigirá muitas qualificações, como tentarei mostrar mais adiante ao analisar a socialização política em democracias burguesas e regimes autoritários.

Pressupostos

O primeiro pressuposto é o de que em qualquer sistema político nacional, definido como a mais inclusiva rede de relações de poder da sociedade, existe uma escassez de posições de mando.² Na medida em que estas posições sejam valorizadas (por quaisquer que sejam as razões, mas principalmente por sua instrumentalidade, isto é, por sua capacidade de

muito mais ligada a questões de interesse de teorias psicológicas e educacionais do que políticas. O melhor resumo dessa bibliografia é de David Sears, "Political Socialization", in Fred Greenstein e Nelson Polsby, orgs., *Handbook of Political Science*, Chicago, Addison-Wesley Co., 1975, vol. 2, p. 93-153. O objetivo do presente artigo, ao contrário, é precisamente elaborar os elementos básicos de uma "teoria política da socialização política". Tal expressão já foi utilizada por Easton e Dennis, mas os fundamentos e o alcance do que procurei fazer são substancialmente diversos dos apresentados por aqueles autores. Ver David Easton e Jack Dennis, *Children in the Political Systems. The Origins of Political Legitimacy*, Nova Iorque, Mc-Graw-Hill, 1968, cap. III. Uma crítica sumária dessa bibliografia pode ser encontrada em meu artigo "Ciência Política e Socialização Política nos Estados Unidos". *Dados*, 22, 1979, p. 65-73.

² A limitação dessa proposição ao âmbito dos sistemas políticos nacionais decorre do objetivo deste artigo. Na verdade, a proposição tem abrangência ampla, podendo aplicar-se a tipos de sistema político supra ou infranacional.

interferir no próprio sistema político e na sociedade em geral), os atores do sistema competirão ou lutarão por elas.³

Em segundo lugar, supõe-se que os atores do sistema que tiverem acesso àquelas posições de mando tentarão consolidar um tipo de arranjo político, de pacto de poder, que garanta tal situação em bases permanentes. O resultado final de um processo bem-sucedido de institucionalização desse arranjo político é aqui definido como o regime do sistema.

Se a dominação resultante (garantidora do controle das políticas estatais, isto é, controle sobre a direção da intervenção estatal no sistema político e na sociedade em geral) exigirá ou não a ocupação permanente do governo pelos atores dominantes do sistema, é questão que dependerá do grau de aceitação do regime pelos outros atores relevantes do sistema. Ou seja: quanto mais os atores restantes do sistema aceitem formal e substantivamente o regime que assegura a dominação, menos os atores dominantes terão de participar do governo; inversamente, quanto menos o regime for aceito, mais os atores dominantes se esforçarão por manter o controle direto do governo.

Conseqüentemente, um componente fundamental de qualquer regime é a especificação das regras formais e dos limites substantivos, de acordo com as quais e dentro dos quais os atores do sistema serão incluídos/excluídos na competição por posições no governo, e no processo que busca influenciar aqueles que, a qualquer momento, ocupem essas posições.

Em terceiro lugar, supõe-se que, sob certas condições, entre as quais estão a freqüência, a forma e o escopo da exclusão dos dois processos políticos acima mencionados, os atores do sistema sobre os quais se estabelece a dominação podem representar uma ameaça aos atores dominantes do sistema. Quanto mais radical for a ameaça, mais ela se oporá ao regime do sistema, e não apenas ao seu governo, ou muito menos aos atores que estejam ocupando posições governamentais. (No caso de secessão, a oposição será ao próprio

³ A expressão "atores do sistema" deve ser entendida em sentido amplo, já que ela pode referir-se a uma grande variedade de situações empíricas.

sistema político, evidentemente.) Por isso, os atores dominantes se esforçarão por manter não apenas regras legais apoiadas pela coerção física, como também um rationale que legitime sua dominação. Esse rationale, independentemente da natureza e do grau de integração sistêmica de seu conteúdo, apresentará para todos os atores relevantes do sistema (inclusive os dominantes) a dominação existente como um fato natural e/ou ideal e/ou necessário para o "bem comum". Esse rationale, cujo papel principal é a legitimação de um regime que assegura a dominação, é a ideologia política dos atores dominantes.⁴ De resto, a ação legitimadora dessa ideologia não se restringe às relações entre atores dominantes e dominados: ela é fundamental para consolidar as inter-relações entre os próprios atores dominantes e seus aliados.

Deste ponto de vista, tanto as regras legais relevantes para a vida política como a ideologia política são encaradas como mecanismos controladores do comportamento político. A dificuldade em diferenciar leis políticas e ideologia política é reforçada pelo fato de que os sistemas legais tendem a incorporar aqueles princípios ideológicos indispensáveis para a manutenção da dominação, de tal forma a protegê-los pela ameaça ou pelo uso efetivo da força.⁵ Exceto em situações utópicas, o consentimento dos atores dominados de um sistema não existe apenas em função da ideologia dos atores dominantes.

⁴ A não-introdução da variável tempo na apresentação desses pressupostos poderia, talvez, sugerir que a elaboração ideológica fosse realizada após a conquista do poder por determinados atores. Tal, entretanto, não é evidentemente o caso, visto que a ideologia é um dos "recursos políticos" utilizados por atores durante a própria luta pela conquista do poder. Da mesma forma, a tentativa de influenciar as várias agências de socialização, referida no postulado seguinte, é também simultânea à conquista do poder, e não apenas posterior. A noção de ideologia como "recurso de poder" foi tratada magistralmente por Bolívar Lamounier em "Ideology and Authoritarian Regime", tese de doutorado apresentada à universidade da Califórnia, Los Angeles, 1974.

⁵ Um importante fator que contribui para a legitimidade da dominação é a natureza da sua legalidade, isto é, a natureza das normas legais que a expressam e protegem. Quanto mais "universais" forem essas normas (no sentido de que se aplicam a todos os atores do sistema, os quais são portanto tratados como

Em quarto e último lugar, supõe-se que os atores dominantes do sistema tentarão disseminar sua ideologia política entre todos os atores relevantes do sistema. Isto é o mesmo que dizer que eles tentarão influenciar o processo de socialização política, isto é, o processo de ensino/aprendizado de política. A relação que se estabelece entre os atores dominantes e as agências formais de socialização política é semelhante à relação desses mesmos atores com o governo: como postulado acima, quanto mais o regime é aceito pelos atores do sistema, menos a participação direta dos atores dominantes é exigida no governo, e vice-versa; da mesma maneira, quanto mais a ideologia política dos atores dominantes é aceita pelas agências de socialização política, menos se requer o seu controle direto por parte dos atores dominantes, e vice-versa.

Se a ideologia política dos atores dominantes se transformar em ideologia política dominante do sistema, então, e só então, o processo de socialização política será equivalente ao processo de reprodução da ideologia política dominante. Analogamente, o processo de socialização *tout court* seria equivalente ao processo de reprodução de todas as dimensões ou regiões da ideologia dominante, isto é, as regiões política, legal, econômica, filosófica, e assim por diante.

Mas a ideologia dominante de um sistema é raramente, ou nunca, a ideologia dos atores dominantes em sua forma pura. Em outras palavras, a legitimação ideológica da dominação

formalmente iguais), mais legitimada tenderá a ser a dominação. Isto equivale a dizer que a manutenção da dominação através da ordem jurídica não requer normas legais tendenciosas que favoreçam os atores dominantes. Pois o que determina o resultado de uma situação semelhante à de um jogo de regras imparciais é o que os jogadores trazem consigo para o jogo, é o "capital" com o qual eles entram no jogo. Assim, sob condições de distribuição desigual de recursos, quanto mais imparciais forem os juizes e as regras do jogo, melhores as chances de vitória dos jogadores mais qualificados - os atores dominantes. Desenvolvi este tema em "Comentários sobre Cultura Jurídica e Democracia", a ser publicado proximo pelo CEDEC.

tende a ser uma função de dois fatores: primeiro, o grau de flexibilidade da ideologia dos atores dominantes para acomodar, tanto cooptativamente como por resultados de conflitos, determinados elementos de outras ideologias do sistema; segundo, o grau em que a ideologia dos atores dominantes é capaz de estabelecer os limites dentro dos quais outras ideologias do sistema se elaboram, de modo que estas se transformem em para-ideologias, e não em contra-ideologias.

Se, em decorrência de qualquer dos fatores mencionados, ou de sua combinação, a ideologia dos atores dominantes se transformar na ideologia dominante do sistema, então ela desempenhará importante papel no processo mais amplo de reprodução da própria dominação. Entretanto, se a ideologia dos atores dominantes falhar em conseguir transformar-se na ideologia dominante do sistema, em decorrência de conflitos econômicos, sociais e políticos, então o processo de socialização política, reproduzindo ideologias conflitantes, pode terminar por ameaçar, ao invés de ajudar, a reprodução da dominação.

Esses são os pressupostos deste estudo sobre socialização política. Ao apresentá-los, defini empírica e teoricamente a maioria dos conceitos que serão usados a seguir.⁶ É agora possível, e necessário, resumir a relação que se supõe existir entre os conceitos enunciados em uma proposição de tipo generalizante: a reprodução bem-sucedida de dominação requer, entre outras condições, legitimação ideológica, que por sua vez requer a reprodução bem-sucedida da ideologia política dos atores dominantes do sistema, através do processo de socialização política. Por "outras condições" entendam-se: 1) as dimensões

⁶ Por "definição empírica" entendo o simples enunciado do definiens do conceito, que lhe atribui significado empírico; por "definição teórica", o esclarecimento do lugar ocupado pelo conceito definido em uma teoria. Assim, entendo que a definição de conceitos e a construção de teorias são tarefas indissociáveis (o que, em passant, me leva a rejeitar, como desprovida de seriedade, a busca de "indicadores" empíricos de conceitos teoricamente desenraizados). Sobre isto, ver meu artigo "La formación de conceptos en Ciencias Sociales y en el problema de los indicadores", *Desarrollo Económico*, 46, 12, 1972, p. 397-404.

não manifestamente políticas da ideologia (isto é, ideologia religiosa, filosófica, etc.); 2) as dimensões não-ideológicas, embora ainda superestruturais, da dominação (isto é, arranjos legais e políticos); 3) a dimensão socioeconômica da dominação (isto é, uma compatibilidade mínima de interesses materiais entre dominantes e dominados).⁷

Desenvolvimento dos Pressupostos

As relações de poder nos sistemas políticos são tais, que a ideologia política dos atores dominantes tende a ser a ideologia política dominante do sistema como um todo.⁸ Na medida em que isso se verifique, o processo de socialização política, ao reproduzir essa ideologia em cada nova geração de atores do sistema, legitimará essas mesmas relações de poder que explicam o fato de que tal ideologia, e não outra, seja a ideologia dominante do

⁷ Está claro, portanto, que minha análise aborda apenas um aspecto do nível superestrutural da dominação. Um exame abrangente do tema teria de levar em consideração todos os aspectos e níveis restantes, especialmente o nível econômico, já que a legitimidade da dominação é sobretudo decorrente da crença de que existirão vantagens materiais mútuas para dominantes e dominados. E esta crença não pode ser alimentada apenas simbolicamente: é preciso que de fato exista uma coordenação significativa entre os interesses dos atores dominantes e dos demais atores relevantes do sistema, ainda que a distribuição de vantagens beneficie mais os primeiros em prejuízo dos segundos. Sem esta base material, não há ideologia que consiga legitimar a dominação em bases permanentes. Não obstante sua importância, esta questão extrapola o âmbito da presente análise. A respeito, ver Antonio Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pp. 33 a 50. Ver também o excelente artigo de Adam Przeworski, "Material Bases of Consent: Economics and Politics in a Hegemonic System", *Political Power and Social Theory*, 1, 1979, p. 21-63.

⁸ É importante ressaltar a natureza apenas tendencial desta proposição. Obviamente, ela está baseada em conhecida passagem de *A Ideologia Alemã*, onde Marx e Engels sustentam que as idéias da classe dominante são também, em todas as épocas, as idéias dominantes das sociedades.

sistema.⁹ É dessa forma (isto é, através da legitimação) que a ideologia, a socialização e a dominação políticas se relacionam entre si.

Não obstante este mesmo raciocínio, com as necessárias qualificações, pudesse ser estendido às outras dimensões da ideologia, da socialização e da dominação, neste trabalho estou preocupado apenas com a dimensão política. Esta é a razão pela qual nos pressupostos iniciais, e no que se segue, a ênfase foi e será na ideologia política e não na ideologia em geral; no sistema político e na dominação política e não na sociedade e na dominação em geral.

Sem dúvida, essas distinções e limitações analíticas são arbitrárias, mas a decisão de concentrar-se em apenas um aspecto da questão, além de razões puramente práticas, que necessariamente limitam o que possa ser abordado em um único artigo, pode também ser sustentada em bases teóricas, porque parece plausível argumentar que, quaisquer que sejam as bases econômicas da sociedade e a natureza de sua estrutura de classes, o problema geral da legitimação da dominação política (particularmente em momentos de crise) constitui um objeto importante de análise em si mesmo. Explicarei isto através de uma elaboração maior de alguns dos pressupostos iniciais.

Empiricamente falando,¹⁰ a dominação pode ser dita legitimada ideologicamente quando os atores de um sistema político acordam com ela em função da forma e conteúdo da ideologia política dos atores dominantes. Quanto mais os atores do sistema internalizam essa ideologia, mais legitimada será a dominação, e conseqüentemente mais garantida se torna a sua reprodução.

⁹ Sobre as relações entre reprodução cultural e reprodução social, ver o trabalho de sistematização teórica elaborado por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

¹⁰ Digo "empiricamente falando" para deixar de lado, porque dispensáveis para o objetivo desta análise, as discussões sobre a legitimidade do ponto de vista ético.

Por sua própria definição, a ideologia política dos atores dominantes deve situá-los, e aos demais atores relevantes do sistema, de tal modo que a dominação dos primeiros sobre os últimos se consolide na vida política. Isto quer dizer que a difusão bem-sucedida da ideologia política dos atores dominantes consiste em fazer os atores relevantes perceberem a vida política e pautarem seu comportamento de uma forma que seja congruente com os requisitos da reprodução da dominação. A importância da ideologia política, conseqüentemente, repousa em sua capacidade para legitimar a dominação, que de outro modo tornar-se-ia "transparente" e, portanto, mais difícil de ser mantida. Inversamente, a importância de contra-ideologias repousa na sua capacidade de deslegitimar a dominação, isto é, torná-la "transparente" e, portanto, mais difícil de se sustentar, mesmo se assim se faz para iniciar o estabelecimento de uma nova dominação, que por sua vez também requererá legitimação ideológica para ajudar sua reprodução.

A incorporação e disseminação da ideologia política dos atores dominantes pelas agências de socialização política é um problema complexo. Identificação completa é raramente, ou nunca, resultado do acaso. Ao invés disso, é freqüentemente o resultado de medidas tomadas pelos atores dominantes, diretamente ou através da intervenção do governo. Isto se torna particularmente visível em momentos de mudança do regime do sistema. Neste caso, se a mudança tem sucesso e gerações após gerações são socializadas na nova ideologia dominante, a identificação pode adquirir uma grande aparência de espontaneidade, de modo que sua origem é gradualmente esquecida no passado. Mas na grande maioria dos casos, ou talvez em todos, a análise histórica mostrará que a ideologia política que hoje permeia um sistema era, originalmente, a ideologia política de determinados atores que se tornaram dominantes.

Quanto mais gradualmente se estabelece a dominação de determinados atores, mais difícil se torna identificar a paternidade da ideologia política resultante. Inversamente, a dominação estabelecida como resultado de uma revolução vitoriosa torna esta identificação evidente. Qualquer que seja sua origem, quanto mais uma ideologia política é aceita pelos

atores de um sistema, logicamente menos conflitos ideológicos se verificam. Esta situação pode ser erroneamente percebida como "o fim da ideologia". Mas está claro que tal ausência de conflito ideológico não significa ausência de ideologia na vida política. Muito ao contrário: significa que toda a vida política se pauta dentro do marco de uma única ideologia hegemônica.¹¹

Entretanto, sob condições de conflito ideológico, o processo de socialização política tende a parar de reproduzir a ideologia política dos atores dominantes do sistema. Neste caso, os atores dominantes, diretamente ou através do governo, tentarão controlar e reorientar as agências de socialização. Basicamente, o objetivo desse controle é não só impedir essas agências de veicularem determinadas mensagens (isto é, censura), mas também forçá-las a veicularem certas outras mensagens (isto é, propaganda). Essa tentativa dos atores dominantes no sentido de garantir a instrumentalidade das agências de socialização pode levar a que estas tenham a sua autonomia reduzida ou mesmo eliminada. No entanto, a relação entre instrumentalidade e autonomia nem sempre configura um "jogo de soma zero". Assim, se as agências de socialização política concordam com a ideologia política dos atores dominantes, então a sua instrumentalidade estará assegurada sem necessidade de interferir em sua autonomia. Nesta situação, entretanto, seria preferível falar-se em "autonomia", reservando-se o termo sem aspas para situações em que, deixando de ser instrumentais para os atores dominantes, mesmo assim as agências de socialização conseguem resistir ao controle que aqueles tentam impor-lhes. Tal problema envolve gradações diversas, daí ser conveniente falar-se em autonomia e instrumentalidade relativas.¹²

¹¹ Ver Daniel Bell, *The End of Ideology*, Nova Iorque, The Free Press, 1960. Para uma revisão crítica dessa tese, ver Chain Waxman, org., *The End of Ideology Debate*, Nova Iorque, Simon e Schuster, 1968; e M. Rejai, org., *Decline of Ideology?*, Chicago, Aldine-Atherton, 1971.

¹² Por "autonomia" eu entendo capacidade de auto-reprodução, i.e., capacidade de reprodução sem necessidade de interferências externas. O termo "autonomia", apesar de muito utilizado, é raramente

Uma variável crucial nas relações entre agências de socialização e atores dominantes é o grau em que estes, ou seus ideólogos, de fato elaboram uma ideologia política integrada. Se isto não acontece, ou se tal ideologia está em processo de esgotamento de sua viabilidade, então a maior preocupação dos atores dominantes será com a censura, e não com a propaganda. Nesta situação, o uso de censura e propaganda será instável e grandemente aleatório, já que não estará coordenado por um plano diretor que só uma ideologia integrada pode oferecer. Claramente, essa manipulação ad hoc das agências de socialização é incapaz de superar a crise de legitimidade da dominação. Além disso, a manipulação das agências de socialização pelos atores dominantes varia muito de acordo com a própria natureza das agências: a família e as agências informais de socialização são mais dificilmente atingidas do que os meios de comunicação de massa e o sistema educacional.¹³

Está claro, portanto, que a importância do processo de socialização política para a reprodução da dominação tende a diminuir em sociedades onde o nível de conflito ideológico é elevado. Ora, como as sociedades de hoje estão repletas desses conflitos, seria tentador concluir pela pouca relevância de estudos sobre o processo de socialização política. Tal conclusão, no entanto, parece ser precipitada, como procurarei mostrar a seguir ao qualificar o paradigma antropológico dos estudos sobre socialização.

definido, e nunca de forma explícita. A presente definição, evidentemente, pode ser objeto de crítica e é passível de reformulação, mas pelo menos tenta tornar mais precisa a utilização do termo em questão.

¹³ O grau de complexidade das relações entre atores dominantes e agências de socialização política é tal que, a meu ver, o conceito de "Aparelhos Ideológicos do Estado" confunde e obscurece mais do que auxilia a entender o problema. Neste particular, estou de pleno acordo com a crítica de Miliband aos escritos de Althusser e Poulantzas. Ver Ralph Miliband, "Reply to Nicos Poulantzas", in Robin Blackburn, org., *Ideology in Social Science*, Nova Iorque, Vintage Books, 1973, p. 253-262. Ver também Ernesto Laclau, *Política e Ideologia na Teoria Marxista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Socialização em sistemas aberto e fechado

A importância da socialização (em sentido amplo) para a reprodução de sistemas sociais é em larga margem dependente do grau de homogeneidade de cultura na qual esse processo se realiza. Por sua vez, o grau de homogeneidade de uma cultura depende, por um lado, da inexistência de fontes internas de mudanças no sistema e, por outro, do grau do fechamento do sistema a influências externas. Portanto, quanto mais indiferenciado e fechado o sistema, mais homogênea será sua cultura; quanto mais homogênea a cultura, mais bem-sucedido será o processo de socialização e, conseqüentemente, a reprodução do sistema. É por esta razão que as sociedades "primitivas", estudadas por antropólogos, constituem o campo ideal para um processo de socialização bem-sucedido. Concomitantemente, as predições sobre o comportamento de atores, baseadas no estudo do processo de socialização desses sistemas auto-reforçados e culturalmente homogêneos, podem ser bastante precisas.

Mas, na medida em que a análise passa das comunidades antropológicas para as sociedades mais abertas a influências externas, mais complexas, diferenciadas, fragilmente integradas e repletas de conflitos, sua capacidade para avaliar a importância da socialização na reprodução de sistemas, e para prever o comportamento de atores com base em informações sobre o processo de socialização, tende a decrescer. Isto, é lógico, também se aplica à socialização política e aos sistemas políticos.

Entretanto, mesmo nas sociedades mais abertas e diferenciadas é possível encontrar tipos de instituições que também garantem a eficiência do processo de socialização. Refiro-me a algumas das "instituições totais" de Goffman, particularmente às de natureza religiosa e militar.¹⁴

¹⁴ Ver Erving Goffman, "The Characteristics of Total Institutions", in Amitai Etzioni, org., A Sociological Reader on Complex Organizations, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1969, p. 312-38.

Na medida em que essas instituições totais possuem uma doutrina oficial, e segregam o "interno" das influências do ambiente externo (o sistema fechado de mosteiros, seminários, academias militares), elas tendem a criar uma situação favorável para o processo de socialização. Além do mais, o recurso hierárquico dessas instituições totais para manipular vários tipos de recompensa e punições (promoções, medalhas, transferências, etc.) reforça os efeitos do processo de socialização. Depois de internalização bem-sucedida dos fundamentos de doutrina institucional pelo "interno", pode ele então deixar seu centro de treinamento, apesar de na maioria dos casos ser ele periodicamente reconvocato para ulteriores sessões de socialização no decorrer de sua vida profissional. Quanto mais eficiente for o processo de socialização, mais o "interno" carregará consigo - "dentro de si" - a instituição à qual ele agora pertence profissionalmente: "alter" não terá, deste momento em diante, que vigiar constantemente o comportamento de "ego", uma vez que "superego" tomará a si essa tarefa. Ora, se se pensa na importância que as instituições religiosas e militares possuem em tantos sistemas políticos, pode-se concluir que pelo menos alguns estudos especializados de socialização estão longe de perder sua relevância.

Mas na medida em que nos afastamos novamente da socialização em instituições totais e nos aproximamos da socialização em sociedades, o problema se torna mais uma vez complicado. Entretanto, pode-se ainda falar sobre socialização em "sociedades totais", ou sobre socialização política em "sistemas políticos totais", embora apenas como duas situações idealtípicas. Empiricamente, é possível estabelecer o grau em que qualquer sistema político se aproxima da situação idealtípica de um sistema político total, i.e., um sistema que segrega seus membros da influência externa de outros sistemas e que adota uma política deliberada de socialização política, visando à disseminação de uma determinada ideologia através do controle rigoroso das agências de socialização política. Não é difícil encontrar exemplos desses tipos de sistemas políticos na história do século vinte, tanto em sociedades capitalistas quanto em sociedades socialistas (o Nazismo e o Stalinismo, por exemplo). Aqui, também, os estudos de socialização política têm relevância especial.

Mas resta ainda perguntar se os estudos sobre socialização política podem ou não nos ajudar a compreender importantes aspectos de outros tipos de sistemas políticos de sociedades capitalistas. Penso aqui nos sistemas de regime "autoritário" e, sobretudo, "democrático". Acredito que sim, desde que sejam abandonadas as expectativas teoricamente frágeis, geradas por behavioristas extremados. Pois certamente não pode ser o alvo de pesquisas sobre socialização política descobrir as origens de cada comportamento político de cada um dos atores de um sistema diante de cada assunto político.¹⁵ Foi por esta razão que tentei (re)formular um modelo teórico, que dá um papel específico ao processo de socialização política, um papel que é relacionado apenas com o problema da legitimação

¹⁵ Essa opinião, evidentemente, rejeita o reducionismo psicológico tão característico da literatura anglo-americana sobre socialização política. Esse reducionismo é baseado na crença de que o funcionamento dos sistemas políticos pode ser reduzido ao comportamento político de seus membros tomados individualmente, e que este comportamento pode ser explicado por variáveis psicológicas/culturais. Tal abordagem é típica dos estudos sobre "cultura política". Lucian Pye, por exemplo, sugere que "it is the problem of aggregation - which involves the adding up of the discoveries of individual psychology in such a manner as to make community wide behavior understandable in the light of individual actions - ... for which the concept of political culture holds such great promise". Lucian Pye e Sidney Verba, orgs., *Political Culture and Political Development*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1965, p. 9.

Essa citação parece dar a impressão de que o objetivo final da pesquisa em Ciência Política não seria a construção de teorias, mas a produção em massa de biografias políticas individuais... Se tal tarefa pudesse ser levada a cabo, terminaríamos, como na estória de Jorge Luis Borges, com um mapa (i.e., uma descrição) da realidade tão grande e detalhado como a própria realidade: "Del Rigor de la Ciencia. En aquel Imperio, el Arte de la Cartografía logró tal Perfección que el mapa de una sola Provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del Imperio, toda una Provincia. Con el tiempo, esos Mapas Desmesurados no satisfacieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio, que tenía el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Adictas al Estudio de la Cartografía, las Generaciones Sigüientes entendieron que ese dilatado Mapa era Inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos. En los desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruinas del Mapa, habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay otra reliquia de las Disciplinas Geográficas". Jorge Luis Borges, *El Hacedor*, Buenos Aires, Emece Editores, 1960, p. 103.

da dominação, e não com a explicação do que quer que aconteça em sistemas políticos. Uma breve revisão das críticas levantadas contra os estudos sobre socialização política nos EUA permitirá uma melhor elaboração de meu propósito teórico, buscando mostrar que, também no caso de democracias burguesas, pesquisas na área poderiam alcançar relevância.

Socialização política em democracias burguesas

Na mais abrangente (e rara) crítica interna aos estudos de socialização política de crianças, Searing, Schwartz e Lind¹⁶ argumentam que tais estudos têm procurado justificar-se com base na hipótese de que as orientações políticas adquiridas no início da vida, seja porque elas tendem a perdurar por longos períodos (o "princípio primacial"), seja porque tendem a estruturar o aprendizado político posterior (o "princípio estruturador"), são importantes fatores determinantes das opiniões de membros adultos de sistemas políticos sobre questões relevantes ("issue belief"). Estas opiniões, por sua vez, são tidas como importantes por duas razões: em primeiro lugar, porque são fontes de demandas e, portanto, de respostas do sistema ("o modelo de política alocativa"); em segundo lugar, porque dão origem a apoio político e, por isso, contribuem para a persistência do sistema (o "modelo de persistência sistêmica"). Portanto, aqueles estudos postulam a existência de uma longa cadeia de relações, ligando orientações políticas adquiridas na infância a opiniões de adultos sobre questões relevantes, comportamento político, demandas e apoio, e respostas e persistência sistêmicas.

Aqueles três autores resolveram então examinar um desses vários elos: o sugerido pelo "princípio estruturador", que ligaria orientações políticas a opiniões temáticas. Usando dados de duas pesquisas por amostragem, realizadas nos Estados Unidos em 1968 e 1969, eles descobriram que as relações entre as orientações políticas consideradas (tal como preferência partidária) e as opiniões temáticas escolhidas (tal como o uso de violência

¹⁶ Donald Searing, Joel Schwartz e Alden Lind, "The Structuring Principle: Political Socialization and Belief Systems", *American Political Science Review*, LXVII, 2, 1973, p. 415-32.

policia para reprimir "agitações" urbanas) eram em geral muito fracas. Isto os levou à seguinte conclusão: "Nossos achados levantam séria dúvida sobre o princípio estruturador e, portanto, sobre a relevância teórica de grande parte das pesquisas realizadas (sobre socialização política) com crianças sob os modelos de política alocativa e persistência sistêmica".¹⁷

Em que pese à minha concordância quanto à pouca relevância teórica da bibliografia norte-americana sobre socialização política, entendo que a conclusão daqueles autores pode ser recusada. Não porque eu acredite que estudos sobre socialização possam fazer o que eles dizem não ser possível (pelo menos nos Estados Unidos), mas porque a relevância teórica desses estudos está baseada (ou melhor, deveria estar baseada) em outras razões, como procurarei mostrar.

Para tanto, suponhamos que Searing, Schwartz e Lind tenham feito uma boa resenha da bibliografia sobre socialização política, e não uma caricatura dela, como afirmam Greenstein, Clark e Kensky.¹⁸ Suponhamos, também, que os demais elos daquela larga cadeia de relações, da qual foi retirado o princípio estruturador, não constituam sérios obstáculos teóricos à aceitação do raciocínio dos autores. E suponhamos, finalmente, que pudessem existir razões para esperar correlações significantes entre as orientações políticas e as opiniões temáticas analisadas, e que portanto o trabalho daqueles autores não possa

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 430. Ver também p. 425. Entretanto, poder-se-ia argumentar que a ausência de correlações apontadas não se restringe às orientações políticas adquiridas durante as fases iniciais do processo de socialização política, Para uma revisão do eterno debate sobre "a qualidade da opinião pública norte-americana", ver John Pierce e Douglas Rose, "Nonattitudes and American Public Opinion: The Examination of a Thesis", *American Political Science Review*, LXVIII, 2, 1974, p. 626-49; Philip Carverse, "Comment: The Status of Nonattitudes", *ibid.*, p. 650-60; John Perce e Douglas Rose, "Rejoinder", *ibid.*, p. 661-66.

¹⁸ Fred Greenstein, "Communications", *APSR*, LXVIII, 2, 1974, p. 720-22; James Clark e Henry Kensky, *ibid.*, p. 722-25; Donald Searing et alii, *ibid.*, p. 725-29.

ser caracterizado como mais uma "fishing expedition" - tão comum em análises de dados de pesquisas por amostragem. Tudo isto suposto, será preciso concordar com suas conclusões? A resposta, na minha opinião, é negativa, pelo menos no que toca ao "modelo da persistência sistêmica" - e, pois, à reprodução da dominação aí embutida.

Para apoiar essa opinião, consideremos a orientação política melhor documentada pelos estudos de socialização política, e incluída na análise de Searing et alii, a saber: a aquisição de identificação partidária. Porque não foram encontradas correlações significativas entre essa variável e opiniões temáticas diversas, aqueles autores a desqualificaram como teoricamente irrelevante. Na verdade, acredito que tal ausência de correlações constitui uma das evidências mais eloqüentes do sucesso do processo de socialização política nos Estados Unidos, sendo apenas o reflexo da inexistência de uma clivagem ideológica bem definida entre os dois principais partidos políticos daquele país.

Se algumas das questões utilizadas por aqueles autores (como, por exemplo, a que procura captar opiniões sobre a Guerra do Vietnã) houvessem sido perguntadas a atores de sistemas políticos cujos partidos sabe-se serem divididos ideologicamente de forma acentuada (por exemplo, o sistema político italiano), a conclusão provavelmente teria sido a de que identificação partidária pode ser uma base segura para a predição de opiniões sobre temas políticos relevantes. A introdução deste contraponto serve para ressaltar justamente o sucesso do processo de socialização política nos Estados Unidos vis-à-vis a reprodução de seu sistema partidário. De fato, desde o início de suas vidas, a grande maioria das crianças norte-americanas apoiam (ou pelo menos aceitam) o sistema bipartidário existente, não obstante o fato de que elas dificilmente possam distinguir entre os partidos Republicano e Democrático - o que, por sua vez, facilita-lhes a mudança de preferência ora por este, ora por aquele partido, à medida que se socializam.

Os dados da excelente pesquisa de Easton e Hess, por exemplo, mostram que 85% dos estudantes da 8ª série escolar já estabeleceram algum tipo de identificação partidária: 20% são Republicanos, 32% são Democratas e 32% são "às vezes Democratas e às vezes

Republicanos".¹⁹ Claramente, o processo de socialização política tem sido muito bem sucedido em reproduzir o sistema bipartidário vigente em cada nova geração de atores, impedindo assim que eles se tornem "disponíveis" para outros eventuais partidos.

Ironicamente, o que demonstra a enorme funcionalidade do processo de socialização política nos Estados Unidos, não é sequer percebido por Searing et alii. Houvessem eles encontrado fortes correlações entre identificação partidária e opiniões temáticas, então certamente ressaltariam a importância daquela orientação política para os estudos de socialização. Ora, na verdade esta descoberta hipotética documentaria o fracasso do processo de socialização política em reproduzir um sistema bipartidário que, para as questões mais fundamentais, muito se aproxima de um sistema de partido único - um fator crucial para a explicação da persistência estável do sistema político norte-americano.

Além disso, o fato de as crianças estudadas demonstrarem grande instabilidade em sua identificação partidária, o que permite constantes trocas de preferência por este ou aquele partido, longe de constituir um problema, é, na verdade, extremamente positivo para a persistência sistêmica. Tanto este fenômeno quanto a ausência de correlações significativas apontadas anteriormente entre preferência partidária e opiniões temáticas são uma função da mesma variável subjacente: a inexistência de clivagens ideológicas profundas entre os partidos Republicano e Democrático. O ponto crucial de meu argumento é que, não obstante esta reduzida clivagem ideológica, a grande maioria do eleitorado norte-americano, da infância à vida adulta, geração após geração, tem aceito e apoiado o sistema

¹⁹ Robert Hess e Judith Torney, *The Development of Political Attitudes in Children*, Garden City, Nova Iorque, Doubleday and Co., 1967, p. 103. Os dados analisados neste ótimo livro são os mesmos da pesquisa de Easton e Hess, que deram origem ao livro de Easton e Dennis referido na nota no 1. Esse alto nível de identificação partidária dos estudantes norte-americanos contrasta fortemente com o caso brasileiro, pois pesquisa por mim realizada com 572 estudantes de nível médio em 1973, na cidade de Belo Horizonte, mostra que, na mesma 8ª série, apenas 30% dos estudantes expressam algum tipo de preferência pela Arena ou pelo MDB. A análise dos dados dessa pesquisa foi feita em minha tese de doutorado, referida no início deste artigo.

bipartidário vigente. E é exatamente esta aceitação e apoio que tem dificultado a identificação com outros partidos de feição ideológica diferente (que nunca desenvolveram apoio substancial nos Estados Unidos, ao contrário do que ocorre nas democracias burguesas da Europa Continental), o que constitui uma das mais fortes evidências do sucesso do processo de socialização política nos Estados Unidos. Em resumo: a política partidária nos Estados Unidos se realiza dentro dos limites de uma ideologia hegemônica.

Isto significa que, na medida em que os limites dessa ideologia sejam aceitos - e eles de fato têm sido aceitos por ambos aqueles partidos e pela maioria dos chamados eleitores "independentes" -, então tanto a variedade de opiniões dos atores do sistema sobre os temas concretos da agenda política - ela própria limitada pela mesma ideologia - quanto o grau de fluidez de suas preferências partidárias são extremamente positivos para a persistência sistêmica e a reprodução da dominação que aí se verifica. Nessas condições, resulta que a reprodução de tal sistema bipartidário não depende do desenvolvimento de lealdades partidárias estáveis. Ao contrário, é precisamente porque muitos atores utilizam a mudança de preferência partidária como recurso para sanar insatisfações conjunturais com o desempenho deste ou daquele partido, que o sistema partidário como um todo se reproduz, porque tal recurso impede o desenvolvimento de uma insatisfação radical que poderia se expressar em apoio a alternativas partidárias ideologicamente diversas.

Tudo isto leva à conclusão de que, do ponto de vista do modelo de persistência sistêmica e da reprodução de sua dominação, a expectativa de existência de correlações significativas entre orientações políticas adquiridas no processo de socialização e (qualquer conjunto de) opiniões temáticas é bastante problemática e enganadora. Pois é claro que imaginar que estudos de socialização política de crianças e adolescentes possam permitir a compreensão de tudo o que acontece na vida política de atores adultos de sistemas é uma posição teoricamente insustentável e empiricamente irrealizável. O que realmente importa é entender o processo através do qual os mais importantes requisitos para a persistência sistêmica e a reprodução da dominação são ou não aceitos por cada nova geração de atores. Se o são, então os comportamentos políticos que se verificarem, porque limitados por aqueles requisitos, não trarão ameaça à persistência sistêmica. Dentro dos limites do

permissível, a participação e a competição políticas serão provavelmente até estimuladas pelos atores dominantes, pois tendem a reforçar a legitimidade da própria dominação. Nessas condições, é lógico e natural que existam pluralidades de comportamento político, de opiniões temáticas, de demandas de atores e de respostas do sistema. Em suma: o teste crucial de uma teoria política da socialização política não é a sua capacidade para explicar os comportamentos políticos dos atores de um sistema, e sim o processo através do qual esses atores aprendem a aceitar e apoiar os limites dentro dos quais os seus comportamentos políticos se realizam.

Socialização política em regimes autoritários

A conclusão acima sugere que, se os atores dominantes de um sistema falham na tentativa de legitimar sua dominação, ou se, apesar de terem realizado tal objetivo no passado, não mais conseguem reproduzi-lo com sucesso, de tal forma que aqueles limites do comportamento político deixam de ser respeitados por parcela substancial de atores relevantes do sistema, então estará configurada uma situação de conflito político-ideológico. Em tal situação, o processo de socialização política tenderá a reproduzir as clivagens ideológicas existentes, o que implicará em deslegitimar ainda mais a dominação e dificultar a sua reprodução. Quanto mais radical for a clivagem ideológica, e quanto mais a contra-ideologia for incorporada em um movimento político bem organizado, tanto maior será a crise do sistema.

Essa questão já foi abordada ao início deste artigo. Foi então sugerido que, sob condição de conflito político-ideológico profundo e aberto, os atores dominantes do sistema, diretamente ou através do governo, tentarão, entre outras coisas, recuperar o controle das agências de socialização política conquistadas por seus opositores. Disto resultará um movimento pendular entre a utilização de censura e propaganda, dependendo do grau de viabilidade da velha ideologia, ou da disponibilidade de uma nova ideologia, e também da capacidade de mobilizar a quantidade necessária de poder para exercer um controle efetivo sobre aquelas agências e o sistema em geral.

Se o declínio dos atores dominantes é tal que a sua capacidade de mobilização de poder é insuficiente para controlar o conflito, então ou os partidários da contra-ideologia, dependendo sobretudo da sua organização política, vencem o confronto, ou obtém-se uma situação de empate, de equilíbrio de forças. Um dos possíveis resultados dessa situação de equilíbrio diz respeito à ação dos guardiães profissionais da ordem estabelecida - os militares - que serão instados a intervir na vida política pelos atores ameaçados, com o objetivo de restaurar a ordem em desagregação. Se os militares de fato decidem intervir, e se o fazem vitoriosamente, então disso resulta uma situação autoritária, cujo resultado mais imediato será a exclusão, pela força, dos atores oposicionistas da vida política - ou, em muitos casos, da própria vida.

Tal como entendida aqui, portanto, uma situação autoritária em sistemas políticos de sociedades capitalistas é um tipo de arranjo que surge no ápice de um período de radicalização político-ideológica, como uma resposta à não observância dos limites requeridos para a reprodução da dominação burguesa dentro dos parâmetros do regime democrático. O desrespeito por aqueles limites expressa o colapso da legitimação ideológica da dominação. Neste sentido, o significado imediato da situação autoritária é a restauração pela força do consentimento dos atores dominados, já que a ideologia e as normas legais não podem mais obtê-lo.

Parece desnecessário salientar que as causas político-ideológicas do autoritarismo devem, por sua vez, ter as suas próprias causas, que não podem existir no mesmo nível superestrutural de explicação abordado. Essas outras causas têm a ver, sobretudo, com o fracasso das condições econômicas da dominação (aquela compatibilidade mínima entre interesses materiais de atores dominantes e dominados, a que me referi anteriormente). Como Adam Przeworski resumiu em uma frase: "A qualquer momento, crises de acumulação e/ou excessiva exploração perturbam o consentimento".²⁰ Ora, o

²⁰ Adam Przeworski, "Modes of Transformation, Laws of Motion, and Crisis of Transition: A working paper", Chicago, mimeo., 1974, p. 24.

consentimento politicamente organizado, ideologicamente legitimado e legalmente garantido é o complemento superestrutural da dominação econômica.

A proposição de Przeworski sugere que uma alta taxa de exploração ameaça a legitimidade da dominação, e uma baixa taxa de exploração ameaça o processo de acumulação e, portanto, a reprodução do próprio processo de produção econômica. Conseqüentemente, se uma crise de acumulação exige um aumento da taxa de exploração, e se isto por sua vez deslegitima a dominação, então a mobilização político-ideológica da oposição resultante, caso não possa ser manejada dentro dos limites legais vigentes, pode gerar uma resposta reativa dos guardiães profissionais da ordem ameaçada, independentemente do nível de desenvolvimento econômico já atingido pela sociedade. Assim nascem os diferentes tipos de situações autoritárias.

Isto não quer dizer, no entanto, que a ação dos militares necessariamente resulte de uma solidariedade com os interesses econômicos da burguesia. Na maioria dos casos, ao contrário, trata-se de uma ação eminentemente ideológica, cujo objetivo é a defesa da ordem em si mesma (uma ordem ideologicamente descontextualizada), em cuja definição está incluída a defesa da própria corporação militar. Pois como uma "instituição total", com a sua própria e complexa burocracia e com uma mentalidade específica - geralmente articulada em termos de uma ideologia de segurança nacional - a corporação militar pode desfrutar de diferentes graus de autonomia em face dos demais aparelhos do Estado e dos vários atores do sistema. Isto parece ser um ponto importante. Mas, por outro lado, é igualmente importante não enfatizar demais aquela autonomia, porque a ordem protegida pelos militares não é uma entidade abstrata, mas a ordem de uma dada formação social, que é caracterizada por uma certa organização socioeconômica. Portanto, se todas as transformações políticas e ideológicas embutidas na implantação do autoritarismo não produzirem mudanças que substancialmente favoreçam os atores dominados do sistema, então os militares, em que pese à sua autonomia e à motivação ideológica de sua intervenção, desempenharão apenas um papel instrumental para a manutenção dos interesses comuns e gerais da burguesia: a manutenção de uma ordem socioeconômica da

qual ela é a maior beneficiária.²¹ Assim, mesmo que a ocupação direta do governo pelos militares possa implicar um alto grau de exclusão da burguesia da vida política ativa, a situação autoritária pode na verdade ser a mais confortável e segura para a garantia de seus interesses socioeconômicos coletivos.

Se, no entanto, quer por incompetência das políticas públicas posteriormente adotadas (donde a indispensabilidade da aliança militar-tecnocrática), quer por sua orientação divergente, resultante tanto de conflitos internos à própria corporação militar quanto da competição interburocrática nos aparelhos centrais do Estado (a ênfase, por exemplo, no desenvolvimento do setor público da economia, produzindo competição com o seu setor privado) advierem resultados "disfuncionais" para os interesses socioeconômicos da burguesia, esta tentará recuperar o controle do governo para assegurar a sua instrumentalidade.

Do exposto, fica evidente que, se o resultado político imediato do autoritarismo é a restauração da ordem, os seus efeitos socioeconômicos indiretos, no entanto, podem não ser de natureza restauradora.²² Se não forem, então a burguesia, na sua tentativa de recuperar poder como ator político, pode vir a demandar que o regime seja reaberto à participação, assumindo assim o risco de reintroduzir aquelas mesmas causas político-ideológicas que deram origem à intervenção militar e ao autoritarismo subsequente. Pois, a não ser que a burguesia seja capaz de estabelecer ou recuperar uma posição de liderança

²¹ Em minha opinião, a falta de reconhecimento deste problema é a principal causa da fraqueza da vasta literatura norte-americana sobre "o militar e a política no Terceiro Mundo", tão popular na década de 60.

²² Para a análise original da dialética "restauração/revolução", ver Antonio Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. Fernando Henrique Cardoso e Philippe Schmitter discutiram essa questão dentro do contexto brasileiro: F. H. Cardoso, "Associated-Dependent Development: Theoretical and Practical Implications", in Alfred Stepan, org., *Authoritarian Brazil*, New Haven, Yale University Press, 1973, p. 142-176; P. Schmitter, "The Portugalization of Brazil?", *ibid.*, p. 179-232.

ideológica sobre os atores relevantes do sistema (o que se torna cada vez mais difícil), de tal forma que a participação política resultante permaneça dentro dos limites requeridos para a reprodução de sua dominação, a abertura do regime produzirá novas crises políticas. De resto, essa liderança ideológica não é, nem pode ser, resultado de pura manipulação simbólica, pois ela só se estabelece se estiver enraizada em um projeto que concilie os interesses materiais de atores dominantes e dominados.

No caso, entretanto, da permanência de um arranjo político autoritário, vários problemas de outra ordem se apresentam. O primeiro é saber se tal arranjo conseguirá institucionalizar-se de maneira sistemática, deixando de ser apenas uma "situação" autoritária para transformar-se em um regime autoritário. (Isto foi analisado, como se sabe, por Juan Linz²³, entre outros.) Igualmente problemática é a questão da legitimação desse arranjo autoritário. Na medida em que seja possível convencer os membros relevantes do sistema de que as causas originais do autoritarismo continuam existindo, a sua legitimidade pode ser baseada no argumento de que a proteção contra a "subversão" requer a permanência do arranjo autoritário. Na medida, entretanto, que esse argumento perca credibilidade, então ou uma nova justificativa é encontrada (a tecnocrática, por exemplo, desde que baseada em um bom desempenho econômico durante conjuntura favorável), ou a crise de legitimidade alcançará níveis intoleráveis.²⁴

A causa subjacente dessa crise de legitimidade, ao nível político, é que a ordem restaurada pelo autoritarismo contém alguns valores democráticos incompatíveis com o próprio arranjo político autoritário. É exatamente esta contradição entre valores democráticos verbalmente defendidos contra a ameaça da subversão, e a implementação efetiva de medidas

²³ Juan Linz, "The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil", in Alfred Stepan, op. cit., p. 233-254.

²⁴ O eventual aparecimento de um líder carismático, civil ou militar, nesse processo, é um fato que pode ter conseqüências muito importantes para a questão da legitimação do autoritarismo.

autoritárias que negam na prática aqueles valores democráticos, o que caracteriza a crise da legitimidade da dominação autoritária.

Disto resultam propostas inseguras e pouco definidas do governo em face das agências de socialização política. Carente de uma ideologia abrangente que possa ser disseminada, seu poder sobre aquelas agências adquire uma natureza eminentemente negativa: a censura se transforma na questão crucial. Apesar de o intenso uso de propaganda poder gerar "apoio específico" para esta ou aquela política pública (do tipo "projeto-impacto"), as bases instáveis dessa propaganda são no entanto insuficientes para gerar "apoio difuso" para o arranjo político autoritário em si mesmo.

É por esta razão que, a meu ver, a crise de legitimidade do autoritarismo ressalta a importância da legitimidade da dominação política como um tema autônomo (ainda que não independente) em relação à questão da legitimidade da dominação de uma classe sobre uma formação social como um todo. Isto parece ficar evidenciado justamente no caso de arranjos políticos autoritários, enquanto respostas precisamente ao fracasso de uma classe na tentativa de organizar a sua hegemonia. (Esta a razão pela qual procurei enfatizar, ao longo deste artigo, a dimensão manifestamente política da ideologia e da dominação.) Além disso, é também o tema da legitimidade da dominação política o que, na minha opinião, descobre a inadequação parcial dos pressupostos da literatura marxista sobre ideologia, e da literatura anglo-americana sobre cultura política, acerca da origem aparentemente "espontânea" da ideologia e da legitimidade. Pois a elaboração de uma ideologia política em situações autoritárias é uma tarefa, em grande medida deliberada, dos aparelhos do Estado. De certa maneira, manejando um conjunto aparentemente limitado de símbolos ideológicos significativos, torna-se necessário articular uma justificativa plausível do arranjo autoritário para todos os atores relevantes do sistema, e não apenas para os atores tradicionalmente dominados.²⁵ Incapaz de herdar legitimidade em bases permanentes, essa justificativa passa a ser uma função direta da capacidade que os

²⁵ Onde a importância da questão da "ideologia do Estado".

aparelhos do Estado tenham para manipular a opinião pública, pela introdução de todo tipo de distorções no processo de comunicação política.²⁶ E é exatamente este "controle administrativo e planejado daquilo que outrora constituía a ideologia"²⁷ o que parece iludir as literaturas marxista e anglo-americana sobre ideologia, cultura política e legitimidade. Em outras palavras, a ideologia (e o Direito) deixa de simplesmente refletir, ainda que de forma confusa, o que existe: a ideologia (e o Direito) se transforma em um instrumento deliberadamente usado para ajudar a moldar o que se deseja que exista.²⁸ Em resumo, a

²⁶ Sobre esse assunto, ver o estimulante trabalho de Claus Mueller, *The Politics of Communications*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1973. A falta de percepção da intervenção governamental no processo de socialização política é uma característica marcante da literatura norte-americana. Jack Dennis, por exemplo, assim se refere às agências de socialização política: "A família e a escola são normalmente incluídas entre as mais importantes forças que atuam sobre a inculcação de valores políticos nos jovens. As outras agências geralmente consideradas são os 'grupos de pares' (peer-groups), parentes, amigos, vizinhos, os meios de comunicação de massa, grupos secundários de vários tipos, e até mesmo o governo em momentos especialmente importantes - como no caso das eleições presidenciais nos EUA". Jack Dennis, org., *Socialization to Politics*, Nova Iorque, John Wiley and Sons, 1973, p. 21. Em quantos sistemas políticos contemporâneos podemos dizer que "até mesmo o governo" (em oposição a "sobretudo o governo") participa do processo de socialização política? Essa falta de percepção se torna ainda mais evidente no ensaio conclusivo de Dennis, ao final de seu livro, onde o autor delinea os importantes problemas que deveriam ser estudados pelos trabalhos sobre socialização política na década de 70: entre esses problemas, o papel do governo não é sequer mencionado, *ibid.*, p. 492-502.

²⁷ The Frankfurt Institute for Social Research, *Aspects of Sociology*. Prefácio de Max Horkheimer e Theodor Adorno. Boston, Beacon Press, 1972, p. 199.

²⁸ Nesse sentido, eu discordo, por exemplo, da opinião de Poulantzas sobre o papel da ideologia, já que, para ele, "... son rôle spécifique et réel d'unité n'est pas de constituer l'unité d'une formation - comme le voudrait la conception historiciste - mais de réfléchir cette unité en la reconstituant sur un plan imaginaire". *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Paris, Maspero, 1968, p. 29. Em outras palavras: se existe coesão social, a ideologia é dispensável, desde que ela não faz outra coisa a não ser refletir o que já existe; se não existe coesão social, então ela é inútil, porque não pode ajudar o que não existe.

ideologia (e o Direito) não é mais espontaneamente criada por processos sociais difusos: em vez disso, ela é "feita sob medida", por assim dizer, para vestir os interesses gerais dos novos donos do poder.²⁹

Conclusão

No começo deste artigo, enfatizei a proposição de que a reprodução da dominação em qualquer sistema político requer muito mais do que legitimação ideológica, e que portanto o papel desempenhado pelo processo de socialização política nessa questão não deve ser superestimado. Espero ter esclarecido qual é, na minha opinião, esse papel, apesar de reconhecer que muito do que aqui foi dito está a exigir maiores elaborações e mais precisas qualificações.

Em conclusão, o certo é que nenhum sistema político conhecido, independentemente de quem estabeleça dominação dentro do seu âmbito, sobrevive baseado apenas na socialização política: além de arranjos políticos e legais, e de seus fundamentos econômicos, um aparato repressivo é sempre mantido, de tal forma a proteger pela força a reprodução da dominação, sobretudo em momentos de crise de legitimidade.³⁰ Sem dúvida, a socialização política não desempenha mais do que um modesto papel na questão muito

²⁹ Naturalmente, isto não significa que ideologias surjam do nada, como por um passe de mágica. Elas devem necessariamente ser plausíveis, e precisam fazer sentido para os atores do sistema, pois do contrário o próprio processo de comunicação política não poderia ser estabelecido. Finalmente, cumpre notar que as "ideologias voluntarísticas" (em oposição às "ideologias orgânicas") podem não ter importância para grandes perspectivas históricas, mas são evidentemente relevantes para conjunturas específicas - e, portanto, para teorias que procurem explicar tais conjunturas.

³⁰ Obviamente, a obediência à dominação, tanto por parte dos atores dominados quanto por parte dos atores aliados aos dominantes, pode ter causas variadas, muitas das quais são independentes de qualquer consideração sobre a sua legitimidade. Isto, no entanto, não invalida a tese de que os atores dominantes desenvolverão esforços no sentido de organizar ideologicamente o consentimento dos demais atores relevantes do sistema à sua dominação.

mais ampla e complexa da reprodução sistêmica. Pois, se a socialização em geral e a socialização política em particular tivessem o poder de moldar cada nova geração à exata imagem e semelhança da anterior, então a História seria a eterna repetição do padrão original de relações sociais. Mas como a estória bíblica demonstrou, nem mesmo Deus foi capaz de socializar adequadamente Adão e Eva...

SUMMARY

Ideology, Political Socialization, and Domination

The article seeks to formulate a theory of political socialization based on the concepts of ideology, domination, and legitimacy.

The first part discusses the theory and its basic concepts, concluding that the successful reproduction of domination requires, among other conditions, ideological legitimacy, which in turn requires the successful reproduction of the political ideology of dominant actors through the process of political socialization. Other conditions exist both at the "superstructural" and the economic level.

Next, the process of socialization in closed and open political systems is analysed, stressing the process of political socialization in bourgeois democracies (e.g., the United States) and in authoritarian capitalist regimes (as is the case of Brazil).

RESUMÉ

Ideologie, Socialization Politique et Domination

Cet article a pour but de formuler une théorie politique de la socialization politique, basée sur les concepts d'idéologie, domination et légitimité.

La première partie contient les points d'appui de la théorie ainsi que la définition de ses concepts de base. Elle se termine sur la proposition fondamentale suivante: la reproduction de la domination, pour être un succès, requiert, entre autres conditions, la légitimité idéologique. Celle-ci, à son tour, requiert que soit reproduite avec succès, par le biais du processus de socialisation politique, l'idéologie politique des acteurs dominants.

Ce processus de socialisation politique est analysé ensuite dans des systèmes fermés et ouverts. A partir de cette analyse et se basant sur la théorie présentée auparavant, l'auteur étudie les processus de socialisation politique dans des démocraties bourgeoises (l'exemple

choisi est celui des Etats Unis) et dans des régimes autoritaires à société capitaliste (dont l'exemple est le Brésil).